



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

Órgão Requerente: - <i>Secretaria Municipal de Assistência Social.</i>	Descrição de categoria de investimento: <input type="checkbox"/> Aquisição <input checked="" type="checkbox"/> Contratação de Serviços
--	--

2. MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:

Modalidade de Licitação:	Tipo de Licitação:
<input type="checkbox"/> Concorrência - Art. 22 § 1º, Art. 23 incisos I e II alínea c da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Tomada de Preço - Art.22 §2º, Art.23 incisos I e II alínea b da Lei nº 8666/93. <input type="checkbox"/> Convite - Art. 22 §3, Art.23 incisos I e II alínea a da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Concurso - Art. 22 § 4º da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Leilão - Art. 22 § 5º da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Dispensa de Licitação - Art. 24 da Lei nº 8.666/93. <input checked="" type="checkbox"/> Inexigibilidade de Licitação - Art. 25 da Lei nº 8.666/93. <input type="checkbox"/> Pregão Eletrônico – SRP - Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93. <input type="checkbox"/> Pregão Eletrônico – Tradicional - Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93. <input type="checkbox"/> Pregão Presencial – SRP - Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93. <input type="checkbox"/> Pregão Presencial – Tradicional - Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 8.666/93. <input type="checkbox"/> Lei Municipal 2738/2017	Art. 45, incisos I ao IV, da Lei nº 8.666/93: <input type="checkbox"/> Menor Preço Global <input type="checkbox"/> Menor Preço por item <input type="checkbox"/> Menor Preço Lote <input type="checkbox"/> Melhor Técnica <input type="checkbox"/> Técnica e Preço <input type="checkbox"/> Maior Lance ou Oferta <input checked="" type="checkbox"/> Não se enquadra.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

<input checked="" type="checkbox"/> Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração); <input type="checkbox"/> Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e alterações posteriores; <input type="checkbox"/> Lei nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação denominada Pregão); <input type="checkbox"/> Decreto Municipal nº 176/2006 e 044/2013 que regulamenta Sistema de Registro de Preços no Município. <input type="checkbox"/> Lei Municipal nº 2738/2017 que dispõe sobre tratamento diferenciado as ME e EPP. <input checked="" type="checkbox"/> E demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.
--



4. DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento para a **“CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE COM CONHECIMENTO TÉCNICO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PARA MINISTRAR CAPACITAÇÃO AOS CONSELHEIROS TUTELARES E DE DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, BEM COMO AOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”**, conforme condições e quantidades necessárias.

5. DA JUSTIFICATIVA:

5.1. A presente contratação se justifica para atender a necessidade dos conselheiros tutelares e de direito da criança e adolescente e a rede de atendimento da criança e do adolescente. Como também para atender ao disposto no artigo 40 inciso II da lei municipal 236/2015. Essa capacitação se faz necessária devido as mudanças dos atores da rede, pois nesta será trabalhado as atribuições/papéis de cada órgão de cada rede de atendimento da criança e do adolescente, principalmente do conselho tutelar.

5.2. Conforme anexo I (currículo e proposta).

6. DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:

ITEM	COD.	COD. TCE/MT	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	846971	215879-5	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - ESPECIALIZACAO	UNID	1	15.500,00	15.500,00

7. VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO:

7.1. Valor de referencia total: **R\$ 15.500,00** (Quinze mil e quinhentos reais).

7.2. Conforme anexo II.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Conforme anexo III.

9. PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO:

9.1. A formação/capacitação será executada por meio de palestras, intervenções, rodas de conversa e debates e acontecerá de forma presencial. A capacitação dos servidores do SGD – Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Criança e Adolescentes, principalmente para o conselho tutelar esta prevista para acontecer de forma continuada.

9.2. A capacitação levará em consideração a prática cotidiana, e considerando as habilidades e valores prévios dos participantes como ponto de partida para descoberta e a construção de novos conhecimentos. Como estratégias de aprendizagem estão previstas: exposição de conteúdo, com espaços para troca de experiência e debates.

9.3. A capacitação terá como Temas possíveis:

- 1- Fundamentos das atribuições do conselho tutelar.
- 2-Crimes sexuais e pedofilia – conhecer para combater
- 3- Os fluxos de atendimento da criança e do adolescente autor de ato infracional
- 4-Trabalhando em rede pela infância



9.4. A formação tem como público alvo os conselheiros tutelares os de direitos da criança e do adolescente e os profissionais do sistema de garantia de direitos da criança e adolescente.

9.5. A formação acontecerá no Centro de Eventos Ari José Riedi, localizado no Bairro Rota de Sol, nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2022.

9.6. Os Materiais necessários para realização do evento serão disponibilizados pela Secretária Municipal de Assistência social.

9.7. Os custos referente á hospedagem, alimentação, traslado e demais gastos pessoais, ficou acordado que esta sob responsabilidade do palestrante, o qual o valor final ficou incluso todas as despesas.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. CONTRATANTE:

a) Fornecer e colocar a disposição do CONTRATADO todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;

b) Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato;

c) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações do CONTRATADO. Notificando o mesmo, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

d) Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato;

e) Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO no prazo estipulado no contrato **depois do recebimento das notas fiscais**, já devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização, de acordo com a programação financeira do DECRETO MUNICIPAL.

f) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse públicos respeitados os direitos do CONTRATADO;

g) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

10.2. CONTRATADA:

a) Executar o objeto licitado, conforme solicitação da Secretaria, nos locais indicados, sempre com acompanhamento de representantes da secretaria;

b) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

c) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte e instalação, carga e descarga, assistência técnica e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela CONTRATANTE.

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

e) Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou da sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à execução do objeto deste contrato;

f) Responsabiliza-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;



g) Responsabilizarem-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato;

11. GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Atuará como fiscal de contrato da presente contratação o servidora:

- Titular: CARLA GRACIELE CARDOSO;
- Substituta: MARISTELA ZANATTA.

11. VIGÊNCIA:

11.1. O Prazo de vigência do Contrato terá validade de 6 (seis) meses, iniciada a partir da data de assinatura do contrato.

Sorriso – MT, 23 de Março de 2022.

JUCÉLIA GONÇALVE FERRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



ANEXO I

CURRÍCULO E PROPOSTA

ANEXO II

VALOR DO INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
- Honorário Palestrante: 12.500,00 - Operacional (transporte aéreo, hospedagem e alimentação): 3.000,00.	R\$ 15.500,00

ANEXO III

DOTAÇÕES:

A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	COD RED
SEC.MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08.002.08.243.0025.2061	Manutenção funda mun. Da criança e do adolescente.	339039	474